

AS MULHERES E A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Ana Maria Colling*

Introdução

A história é feita por homens e mulheres a cada instante, no cotidiano de suas vidas e no palco político por eles montado. Muitas destas vivências ou atuações políticas perdem-se para sempre, acumulando-se aos silêncios, historicamente constituídos, porque a história tem sido parcial, silenciando ou escondendo sujeitos.

Na tentativa de corrigir a história, pluralizaram-se os objetos de investigação, admitindo como sujeitos históricos, os operários, os camponeses, os escravos e as mulheres, que estavam subestimados ou colocados numa arena de menor importância. Neste desejo de inverter as perspectivas históricas tradicionais, passou-se a olhar os acontecimentos históricos pela visão de outros sujeitos.

No caso das mulheres, tem-se buscado mostrar a sua presença na história, incluindo-as como objeto de estudo, sujeitos da história; e, para isso, a categoria de análise – gênero – é usada para teorizar a questão da diferença sexual, das relações de poder entre homens e mulheres. Trabalhar com a história das mulheres, pressupõe o domínio de categorias analíticas para o entendimento das relações de gênero, perpassadas por relações de poder. Ao analisar a história das mulheres, sua participação nos grupos de oposição às ditaduras militares, estas categorias multiplicam-se em importância.

As representações da mulher atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos, hierarquizando a diferença, transformando-a em desigualdade. Aos homens o espaço público, político, onde se centraliza o poder; à mulher o privado e seu coração, o santuário do lar. Apresenta-se ao feminino uma única alternativa - a maternidade e o casamento. Poderíamos arrolar infindáveis citações que conclamam as mulheres a não se misturarem com os homens, a permanecerem puras e

* Doutora em História do Brasil. Professora da UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e da UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. E-mail: acolling@unijui.tche.br

castas, permanecendo em sua função caseira e materna. As transgressoras dessas normas tornam-se homens, traindo a natureza. Esses limites da feminilidade foram determinados pelos homens.

A distinção entre o público e o privado estabelece a separação do poder. O silêncio sobre a história das mulheres advém de sua não participação na arena pública, espaço da política por excelência. Neste sentido a história da repressão durante o período da ditadura militar é uma história de homens. A mulher militante política não é encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder.

Falar sobre mulheres significa falar das relações de poder entre homens e mulheres. Para identificá-las como sujeitos políticos é necessário analisar as intrincadas relações de gênero, de classe, de raça e de geração. É necessário falar também do desmerecimento feminino.

Se, historicamente, o feminino é entendido como subalterno e analisado “fora da história”, porque sua presença não é registrada, libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária. Falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que elas estiveram presentes, mas é reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos. Na esteira de Michel Foucault, é fazer uma arqueologia do feminino; desconstruir a história da história feminina para reconstruí-la em bases mais reais e igualitárias, analisar as práticas discursivas e não discursivas que representam o feminino. Para isso, a apresentação de algumas questões teóricas é fundamental no entendimento da análise do objeto de pesquisa.

Questões para pensar o feminino

1. Representação do feminino. Virginia Woolf ao falar sobre *Profissões para Mulheres*, em um discurso de 1931, conta que a paz familiar não foi quebrada pelo arranhão de uma caneta, mas que se quisesse escrever livros precisaria travar uma batalha com um fantasma feminino que aparecia entre ela e o papel enquanto escrevia. O fantasma era uma figura compassiva, encantadora, abnegada e sacrificava-se diariamente. Era tão condescendente que nunca tinha uma idéia ou desejo próprio e a pureza era considerada sua maior beleza. O fantasma incomodava tanto que foi preciso matá-lo para escrever: “tive que matá-la senão ela teria me matado. Teria arrancado o coração de meu texto”. Ela demorou a morrer, ela

era o *Anjo do Lar*. É mais difícil matar um fantasma que uma realidade. Matar o *Anjo da Casa* era parte das tarefas de uma escritora. “Creio que ainda passará um longo tempo antes que uma mulher possa sentar para escrever um livro sem encontrar um fantasma para ser assassinado, uma rocha para ser golpeada”.¹

Este conto de Virginia Woolf retrata a dificuldade das mulheres em ultrapassarem as barreiras do espaço privado, a romperem com as representações cristalizadas sobre o feminino. Por que as mulheres aceitaram e interiorizaram o modelo construído de relação entre os sexos? Segundo Pierre Bourdieu, se admitirmos que a violência simbólica se exerce prioritariamente sobre as mulheres, não podemos imaginar que somente sendo-se do sexo feminino se tem uma visão histórica das mulheres, porque a visão feminina é uma visão colonizada, dominada, que não vê a si própria. Por este motivo, recomenda ele, um objeto maior da história das mulheres deve ser o estudo dos discursos e das práticas que garantem que as mulheres consintam nas representações dominantes das diferenças entre os sexos.²

2. Desmerecimento. As mulheres desmerecem-se, atribuindo-se pouca importância, assumindo o discurso masculino, de que o lugar do poder no mundo político é reservado aos homens. A questão do consentimento é central no funcionamento de um sistema de poder, seja social ou sexual, devendo ser objeto de estudo a dominação masculina também como dominação simbólica, que supõe a adesão das próprias dominadas a categorias e sistemas que estabelecem a sujeição. Foucault nos ensina que todo saber é poder, é o saber que cria, como seu contrário, o que não é mais do que o reflexo de seu exercício. Sem falar em “consentimento” não é possível falar em relações de gênero, pois ele inculcou-se profundamente na vida das mulheres.

3. Público e Privado. A dicotomia entre público e privado ocupa um lugar de destaque na história das mulheres. Mais do que a separação dos sexos entre as duas esferas, a hierarquização e a valoração dotada a cada um dos espaços é objeto de estudo. Ao feminino caracterizado como natureza, emoção, amor, intuição é destinado o espaço privado; ao masculino, cultura, política, razão,

¹ WOOLF, Virginia. *Profissões para Mulheres*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

² BOURDIEU, Pierre. Observações sobre a história das mulheres. In: *As Mulheres e História*. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p. 59.

justiça, poder, o espaço público. O homem público sempre foi reconhecido pela sua importância, participando das decisões de poder. Já a mulher pública, sempre foi vista como uma mulher comum que pertence a todos, não célebre, não ilustre, não investida de poder. Segundo Michelle Perrot, “a mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria”.³

4. **Poder/Saber.** Acompanhar Foucault é questionar os poderes da Razão Iluminista, é fazer uma crítica da razão, às pretensões de universalidade de saberes sobre o sujeito. Ao criticar o universalismo e demonstrar que a história é uma invenção em permanente construção, Foucault tem sido útil para as historiadoras de gênero. “O que torna sua análise prática ou concreta é a tentativa de suspender a naturalidade a-histórica com que empregamos as nossas categorias de sexo, doença mental ou criminalidade”,⁴ considerando portanto, o homem e a mulher como criações e consequências de uma determinada estrutura de poder. Homens e mulheres constituem-se em uma estratégia de poder. Os homens definem-se e constroem a mulher como o Outro, a partir deles mesmos. Segundo Foucault o poder pode exercer-se negativamente, proibindo, anulando ou com positividade, nos incitando a produzir, criar, falar. É o segundo que cria saber, que constrói sujeitos, que constrói homens e mulheres.

5. **Gênero.** A história de gênero tenta introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada. Gênero tem sido o termo utilizado para teorizar a questão da diferença sexual, questionando os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens.

Falar em gênero em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política. A idéia de gênero, diferença de sexos baseada na cultura e produzida pela história, secundariamente ligada ao sexo biológico e não ditada pela natureza, tenta desconstruir o universal e mostrar a sua historicidade. São as

³ PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 7.

⁴ RAJCHMAN, John. *Foucault: A Liberdade da Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

sociedades, as civilizações que conferem sentido à diferença, portanto não há verdade na diferença entre os sexos, mais um esforço interminável para dar-lhe sentido, interpretá-la e cultivá-la.

6. **Desconstrução.** Jacques Derrida desenvolveu o conceito “desconstrução”, teoria cética sobre a possibilidade do significado coerente, onde sugere que uma leitura desconstrutivista de um texto subverte o que é aparentemente significativo, ao descobrir nele contradições e conflitos. Para Derrida a diferença dos sexos, não pertence à ordem do visível, do definível, mas do legível, da interpretação. Silviano Santiago em um artigo intitulado *Arte Masculina*, interpretando Derrida, demonstra que o que era dado como universal pelos compêndios de filosofia nada mais era do que a confusão entre universalidade e masculinidade. Desconstruir, segundo ele, não significa negar ou anular os valores dados como universais pelo século XIX, mas mostrar aquilo que foi escondido ou recalçado pela universalidade.⁵

7. **Diferença.** O pensamento feminista da diferença situa-se no campo da pós-modernidade porque sugere a multiplicidade, a heterogeneidade e a pluralidade e não mais a oposição e a exclusão binária. Recorre, portanto, a autores como Nietzsche, Foucault, Deleuze, Derrida e outros que tem efetuado estudos sobre a diferença em geral. A influência de Nietzsche parte do seu ceticismo em relação às noções de fato e de verdade, a negação das essências, a valorização da pluralidade de interpretações e a politização do discurso. As historiadoras que passaram da categoria da igualdade para a diferença sentiram a necessidade de falar de diferenças não somente entre homens e mulheres, mas também de diferenças entre as próprias mulheres, assim como usar a análise das mulheres como metáfora – metáfora dos sujeitos excluídos pelo discurso da universalidade. Não somente mulheres, mas também homens rejeitando os essencialismos. A diferença não é contrária à igualdade, mas à identidade. A igualdade das pessoas significa a igualdade de seus direitos civis e políticos, e não o fato de que essas pessoas sejam idênticas umas às outras por sua natureza ou mesmo por sua condição. Não é nas diferenças que reside o problema, mas no modo como elas são hierarquizadas. Fruto desta hierarquia, as mulheres aparecem como algo diferente e inferior aos

⁵ SANTIAGO, Silviano. *Arte Masculina*. In: *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

homens.

8. Empoderamento. Derivado da palavra inglesa *empowerment* que significa dar poder, habilitar o termo tem sido usado numa perspectiva de gênero como o processo pelo qual as mulheres incrementam sua capacidade de configurar suas próprias vidas. É uma evolução na conscientização das mulheres sobre si mesmas, sobre sua posição na sociedade. As cotas partidárias, reconhecidas como discriminação positiva, para corrigir séculos de desigualdade, são reconhecidas como tentativas de empoderamento das mulheres. O empoderamento deve capacitar as mulheres para assumir o poder levando em conta as relações de poder entre homem e mulher, hierarquicamente construídas.

As Mulheres Brasileiras e a Ditadura Militar

A história da repressão durante a ditadura militar e assim como a oposição a ela é uma história masculina, assim como toda a história política, basta que olhemos a literatura existente sobre o período. As relações de gênero estão aí excluídas, apesar de sabermos que tantas mulheres, juntamente com os homens, lutaram pela redemocratização do país.

Ousar adentrar o espaço público, político, masculino, por excelência foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem nas diversas organizações clandestinas existentes no país durante a ditadura militar.

Na história do regime militar brasileiro, como em todos os projetos políticos autoritários, a construção de sujeitos ocorre de forma unitária e não diversificada. A sociedade é dividida em dois blocos antagônicos: situação e oposição, igualando-se os sujeitos. A esquerda tradicional repete a mesma fórmula: ou se é sujeito burguês ou proletário. As diversidades são entendidas como divisionistas da luta principal. Estes dois discursos anulam as diferenças e constroem sujeitos políticos únicos, desconsiderando a presença feminina e enquadrando-a em categorias que a desqualificam. Nesta medida, institui-se a invisibilidade da mulher como sujeito político.

Quando realizei meu trabalho de pesquisa sobre a construção do sujeito político “mulher subversiva”, senti dificuldade em encontrar estas mulheres para trazê-las à visibilidade. Recorri aos Arquivos da repressão, documentos do DOPS – Departamento do Serviço de ordem Política e Social do Rio Grande do Sul e do

SOPS – Serviço de Ordem Política e Social mas, pela fragilidade da documentação fui obrigada a recorrer ao recurso metodológico utilizado para recuperar sujeitos escondidos pela história tradicional – a história oral. De imediato constato que a mulher, militante política é encarada como um ser “desviante”, não uma mulher normal e desejável. Esta estava no espaço a ela destinada, no santuário do lar, cuidando do marido e dos filhos.

A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. A repressão caracteriza a mulher militante como *Putá Comunista*. Ambas categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausura a mulher no mundo privado e doméstico.

As próprias mulheres militantes assumem a dominação masculina, tentando camuflar a sua sexualidade numa categoria sem sexo - a militante política. Para se constituírem como sujeitos políticos, estas mulheres estabelecem identidade com o discurso masculino diluindo as relações de gênero na luta política mais geral. A condição de gênero está subsumida ao discurso de unificação dos sujeitos. Como espaço fundamentalmente masculino, impunha-se às mulheres a negação de sua sexualidade como condição para a conquista de um lugar de igualdade ao lado dos homens. As relações de gênero diluíam-se na luta política mais geral. As mulheres assexuavam-se numa tentativa de igualarem-se aos companheiros militantes.

Os militares ao tratar a mulher política, de imediato tentam a sua desqualificação como sujeito autônomo. Sua caracterização dá-se como apêndice dos homens, incapaz de decisão política. A única mulher que é respeitada com decisão própria segundo os arquivos da repressão é a religiosa. Pela sua condição celibatária, não entra na convenção do casamento e dos lugares destinados ao casal dentro dele e na sociedade.

Ao ouvir os depoimentos de participantes nos grupos de oposição à ditadura revela-se que a família também se mostrava desgostosa pela opção de suas filhas. Gostariam que elas permanecessem nos papéis sociais destinados à mulher – o casamento, único passaporte para a felicidade feminina.

Nos acostumamos a relacionar a luta pela democratização política do país, pela liberdade do país, com a luta igualitária entre os sexos. A questão de gênero perpassa a questão social e a questão política. Não é por ser de esquerda, preocupado com os destinos gerais do país que o militante terá uma percepção de igualdade entre os sexos. Ele também entende que o comando político deve ser dos homens. Talvez por este motivo raramente encontramos dirigentes femininas nos grupos clandestinos. Homens e mulheres esqueciam que a luta pela igualdade passa pelo reconhecimento das diferenças.

A luta pela igualdade que caracterizou o movimento feminista nas décadas de 60 e 70 está presente no discurso das militantes. Tentam suprimir as diferenças entre os sexos, muitas vezes masculinizando-se. A esquerda não propiciava o debate sobre as relações feminino/masculino, sobre as questões femininas porque havia uma contradição maior a ser resolvida: a oposição entre a burguesia e o proletariado. Isto reforçava o poder dos homens nas organizações de esquerda. O desmerecimento feminino, atribuindo-se pouca importância, assumindo o discurso masculino de que o lugar do poder, no mundo político é reservado aos homens, aparece constantemente nas falas femininas. Julgavam-se sem importância para serem presas juntamente com os homens. A construção da identidade feminina enraíza-se na interiorização pelas mulheres do discurso masculino. Por esta razão um dos objetos de estudo da história das mulheres é o estudo dos discursos e das práticas que fizeram com que mulheres consentissem nas representações dominantes da diferença entre os sexos.

A questão do consentimento é central no funcionamento de um sistema de poder, social ou sexual. As representações de inferioridade feminina são incansavelmente repetidas, demonstradas, incorporando-se às formas de linguagem, inscrevendo-se no pensamento e idéias de homens e mulheres.

Para quem ousa atravessar as barreiras que socialmente foram construídas entre os sexos resta a desqualificação como indivíduo desviante. Para a repressão, a mulher militante é sempre promíscua. Se não está nos partidos, espaços masculinos por excelência, à procura de homens é porque é homossexual.

O discurso da repressão não é um discurso isolado. O mesmo está presente na sociedade; a repressão somente o recolhe

e o sistematiza, na tentativa de desmerecê-la e desqualificá-la como sujeito político. A mulher que ousou invadir o espaço político masculino não é bem vista pela sociedade.

Conclusão

Na tentativa de trazer a mulher à visibilidade, constata-se que as relações masculino/feminino são relações socialmente construídas, portanto culturais e históricas. E, que não se pode falar das mulheres sem falar nas relações entre homens e mulheres.

Fica evidente que para a ditadura militar brasileira, a mulher militante não era apenas uma opositora ao regime militar; era também uma presença que subvertia os valores estabelecidos, que não atribuíam à mulher espaço para a participação política. Como esta questão está presente na sociedade e nas próprias organizações de esquerda, pode-se concluir que as relações de gênero têm uma dimensão que perpassa todas as instâncias e instituições sociais.

Para uma história das mulheres é imprescindível que a história seja entendida como resultado de interpretações que têm como fundo relações de poder. O caráter de construção da história nos permite desconstruir e reinventar a história, inclusive o papel dos homens e das mulheres na sociedade. Assim a história passa a ser vista como um campo de possibilidades para vários sujeitos historicamente constituídos; lugar de lutas e de resistências.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. Observações sobre a história das mulheres. In: *As Mulheres e História*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. Os Buracos Negros da História (Ou da Invisibilidade do Feminino). In: *Espaços da Escola*. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

_____. A construção do sujeito político "mulher subversiva". In: *Contexto & Educação*. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.

_____. "O célebre fio partiu-se"; Foucault, a psicanálise e a história das mulheres. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EdiPUC, 1997.

_____. História oral e relações de gênero. In: *Revista Humanas*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

_____. A mulher na construção do Brasil. In: *Brasil 500 anos. A construção de uma nova nação*. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade. A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Vigiar e Punir. A história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1991.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.

RAJCHMAN, John. *Foucault: A Liberdade da Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

SANTIAGO, Silviano. Arte Masculina. In: *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

WOOLF, Virginia. *Profissões para Mulheres*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.